

PORTARIA NORMATIVA Nº 06, DE 26 DE MAIO DE 2021.

Regulamenta, no âmbito do CAU/ES, a concessão e os valores das diárias nacional e estadual, jetons, auxilio representação e reembolso por deslocamento em veículo próprio ou alugado.

O Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo - CAU/ES, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 35 da Lei n.º 12.378, de 31 de dezembro de 2010; e o artigo 141 do Regimento Interno do CAU/ES, aprovado pela Deliberação n.º 121, de 21 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO as atribuições e competências conferidas pelo artigo 24 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e pelo artigo 3º do Regimento Interno do CAU/ES, aprovado pela Deliberação Plenária nº 121, de 21 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo foi criado por lei como autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com atribuições de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, cujas atividades serão custeadas exclusivamente por renda própria;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º, §3º da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, publicada em 16 de dezembro de 2004, que autorizou a normatização da concessão de diárias, jetons e ajuda de custo;

CONSIDERANDO o teor do Acórdão TCU nº 570/2007, de 11 de abril de 2007, estabelecendo que os conselhos de fiscalização profissional, após a edição da Lei n.º 11.000/2004, não mais se submetem à observância do Decreto n.º 5.992, de 19.12.2006 (antigo Decreto n.º 343/91), que regulamenta a concessão de diárias no âmbito do Administração Pública Federal; bem como determinou que a normatização da concessão de diárias, na forma prevista na Lei n.º 11.000/2004, deverá pautar-se pelos princípios gerais que norteiam a Administração Pública, a exemplo da razoabilidade, da moralidade, do interesse público e da economicidade dos atos de gestão;

CONSIDERANDO que o exercício das funções de Presidente e de Conselheiro do CAU/ES não serão remuneradas, conforme definido pelo artigo 40 da Lei n.º 12.378/10, mas que pelo exercício de tais funções o agente não deve amargar prejuízos patrimoniais;

CONSIDERANDO a Resolução CAU/BR nº 47, de 09 de maio de 2013, com as alterações da Resolução CAU/BR nº 113, de 13 de janeiro de 2016, que disciplina o ressarcimento das despesas inerentes aos deslocamentos de pessoas a serviço dos CAU/UFs no território nacional;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 3º, §2º da Resolução CAU/BR nº 113, de 13 de janeiro de 2016, que determinou a regulamentação dos deslocamentos a serviço do pessoal empregado e dos prestadores de serviço;

CONSIDERANDO a Deliberação Plenária DPOES 173, aprovada em 25 de julho de 2019, que aprovou a Deliberação CPFA-CAU/ES nº 045/2019, que autorizou a Instituição da diária estadual, jetons e ajuda de custo;



CONSIDERANDO a Deliberação Plenária DPOES nº 310, de 25 de maio de 2021, que homologou a Deliberação CPFA nº 05/2021, aprovando o reajuste dos valores dos jetons e auxílio representação;

RESOLVE:

CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CAU/ES) responderá pelas despesas relacionadas com os deslocamentos de pessoas a serviço no território estadual ou nacional, observados os valores, limites e critérios de concessão para o fornecimento de passagens aéreas e verbas indenizatórias descritas nesta Portaria, compreendendo:

- I Diária nacional;
- II Diária estadual:
- III jeton;
- IV Auxilio de representação;
- V Reembolso por deslocamento em veículo próprio ou alugado.
- Art. 2º Consideram-se deslocamentos de pessoas a serviço para os fins desta Portaria:
- I a participação em reuniões plenárias, do conselho diretor e de comissões e em eventos, representações e outras atividades institucionais do CAU/ES, do presidente, conselheiros, representantes de entidades, ouvidor e de pessoas convocadas;
- II a participação em trabalhos, reuniões, eventos e outras atividades de interesse do CAU/ES, pelos seus empregados;
- III a participação em trabalhos, reuniões, eventos e outras atividades de interesse do CAU/ES, por prestadores de serviços, quando os contratos fixarem a obrigação do conselho responder por tais obrigações;
- IV a participação em treinamentos promovidos ou custeados pelo respectivo Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do presidente, conselheiros e empregados.
- Art. 3º O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CAU/ES) pagará, exclusivamente ao Presidente e aos demais Conselheiros, gratificação pela participação em sessões de deliberação coletiva, nos termos e limites definidos por esta portaria.
- Art. 4º Os auxílios de representação serão devidos exclusivamente ao Presidente a aos demais Conselheiros, quando em atividades externas inerentes a suas funções.

CAPITULO II DAS PASSAGENS DE TRANSPORTE

0



- Art. 5º O CAU/ES fornecerá às pessoas a serviço, as passagens aéreas necessárias ao deslocamento de seus domicílios até o local da atividade e retorno ao local de origem.
- Art. 6º A escolha das passagens considerará:
- I o atendimento das atividades que tenham demandado o deslocamento a serviço;
- II os menores custos para o CAU/ES;
- III a conveniência do convocado quanto ao local de origem e retorno dentro do território nacional:
- IV evitar desgaste físico excessivo à pessoa designada.

Parágrafo único. Compreende-se como fator de desgaste físico excessivo:

- I os horários de partida antes das 9h00 (nove horas) e de chegada após as 23h00 (vinte e três horas), considerados os horários locais, salvo quando não houver disponibilidade de transportes em outros horários;
- II os períodos de escalas e conexões que, quando somados, excedam de três horas.
- Art. 7º A pedido da pessoa designada para o deslocamento a serviço e desde que haja similaridade entre os preços, as passagens aéreas poderão ter seus horários antecipados ou retardados.

Parágrafo único. Não haverá pagamento de diárias no período antecipado ou prorrogado.

CAPÍTULO III DAS DIÁRIAS

- Art. 8º As diárias destinam-se a atender às despesas de hospedagem, alimentação e locomoção urbana, sendo devida uma diária para cada dia de afastamento em que haja pernoite fora da sede do domicílio da pessoa a serviço.
- I Fará jus à diária nacional, a pessoa a serviço que se deslocar para algum ponto do território nacional não pertencente ao Estado do Espírito Santo.
- II A diária estadual será devida quando o deslocamento se der para algum ponto do Estado do Espírito Santo não pertencente ao domicílio da pessoa a serviço.
- Parágrafo 1º: Para os fins desta Portaria, considerar-se-á os municípios da região da Grande Vitória como um único domicílio;
- Parágrafo 2º: Considera-se como pernoite a permanência do indivíduo no local destino da viagem até o dia posterior, podendo o Ente Público estabelecer horário para tanto.
- Art. 9º as diárias serão calculadas levando-se em consideração os dias do evento, bem como o dia anterior e posterior, observados os seguintes requisitos:
- I O dia anterior somente será considerado, quando o evento começar no turno da manhã do outro dia;





- II O dia posterior somente será considerado, quando não for possível se deslocar até o aeroporto para embarcar em voo de retorno que possibilite a chegada ao domicílio da pessoa à servico no mesmo dia do término do evento.
- Art. 10 A pessoa a serviço fará jus à metade do valor da diária nos seguintes casos:
- I quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede do domicílio;
- II na data de retorno quando o mesmo ocorrer após ao meio dia; ou
- III quando o CAU/ES, Entidade ou Organismo responsável pelas atividades custear, por meio diverso, as despesas de hospedagem;
- Art. 11º Ressalvados os casos do artigo anterior, cujo pagamento poderá ocorrer posteriormente, o adiantamento do valor das diárias será creditado em conta corrente de titularidade da pessoa designada até um dia antes do início do deslocamento.

Parágrafo único: O pagamento das diárias nacionais e estaduais somente serão efetuados após o requerimento por parte do interessado, conforme formulário em anexo.

CAPÍTULO IV DOS JETONS

- Art. 12 Jeton é a gratificação devida ao Presidente, Vice-Presidente, conselheiros titulares e suplentes no exercício da titularidade pela participação em reuniões de deliberação coletiva no âmbito do CAU/ES.
- §1º. Será concedido um jeton por dia de participação, independentemente do número de reuniões, exceto quando realizadas mais de uma reunião de naturezas distintas e em períodos distintos, respeitadas as quantidades mensais máximas por cada órgão abaixo descriminadas:

ITENS	MOTIVAÇÃO	QUANTIDADE/MÊS		
I	Plenário	2		
II I	Conselho Diretor	4		
111	Comissões Permanentes (Ordinárias)	5		

- § 2º. A gratificação tratada por este artigo possui natureza indenizatória, transitória e circunstancial, não possuindo caráter remuneratório, tendo como objetivo exclusivo a retribuição pecuniária aos conselheiros pelo comparecimento às reuniões do Plenário, do Conselho Diretor, das Comissões Permanentes e da Comissão Eleitoral.
- § 3º. O pagamento do jeton somente será efetuado após o requerimento por parte do interessado e a efetiva comprovação de sua participação.
- § 4º. A comprovação da referida participação se dará com a assinatura na lista de presença.
- § 5º. Não poderá, em hipótese alguma, haver pagamento cumulativo da rubrica jeton com as rubricas diárias ou verba de representação.
- § 6°. È vedada a concessão de jetons aos empregados do CAU/ES.





CAPÍTULO IV AUXÍLIO DE REPRESENTAÇÃO

- Art. 13 Auxilio de representação é a verba indenizatória de natureza transitória e circunstancial, não possuindo caráter remuneratório e não acumulável com diária ou jeton, devida ao Presidente e aos demais Conselheiros do CAU/ES, quando estes estiverem em atividades externas inerentes a suas funções, representando o órgão, tais como reuniões, palestras, eventos, etc.
- § 1º A indenização de que trata este artigo será devida quando a representação for realizada em atividades de interesse do CAU/ES, na região metropolitana do domicilio do membro.
- § 2º Somente será concedido um auxílio de representação por dia, não podendo ultrapassar 10 (dez) por mês.
- § 3º O pagamento do auxílio de representação somente será efetuado após o requerimento por parte do interessado e apresentação de ata, relatório de participação e/ou declaração de comparecimento;
- § 4º É vedada a concessão de auxílio de representação aos empregados do CAU/ES.

CAPÍTULO V

DO REEMBOLSO POR DESLOCAMENTO EM VEÍCULO PRÓPRIO OU ALUGADO

- Art. 14 O reembolso por deslocamento em veículo próprio ou alugado é a verba indenizatória devida às pessoas a serviço do CAU/ES no Estado do Espírito Santo, quando o Conselho não fornecer veículo e combustível para o deslocamento.
- § 1º A distância entre os municípios de origem e de destino será definida com base em informações prestadas pelo Google Maps (mapa via internet).
- § 2º No caso da existência de pedágios e outras tarifas no trajeto, os mesmos serão ressarcidos mediante comprovantes do pagamento.
- § 3º O reembolso por deslocamento em veículo próprio ou alugado se dará somente após o requerimento por parte do interessado e apresentação do relatório de participação e/ou declaração de comparecimento.

CAPÍTULO VI DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

- Art. 15 As pessoas que se deslocarem a serviço do CAU/ES, ficam obrigadas à prestação de contas.
- §1º. As prestações de contas observarão o seguinte:
- I nos casos do Presidente:
- a) juntada do comprovante de embarque do transporte aéreo;

6

- b) Ato administrativo que tenha motivado o deslocamento;
- c) Juntada de declaração de pernoite ou comprovante de hospedagem, nos casos em que o deslocamento não tenha sido feito por transporte aéreo.
- II nos demais casos de deslocamento de Conselheiros e pessoas com vínculo institucional ou funcional:
- a) relatório de participação, com descrição sucinta das atividades executadas, contendo minimamente as informações do evento (data, horário e nome) seguido de breves relatos dos pontos, assuntos tratados e demais encaminhamentos, estando o mesmo datado e assinado pelo participante e coordenador da comissão, no caso de conselheiro, e no caso de funcionário, pela chefia imediata;
- b) juntada do comprovante de embarque do transporte aéreo;
- c) Ato administrativo que tenha motivado o deslocamento do requerente;
- d) Juntada de declaração de pernoite ou comprovante de hospedagem, nos casos em que o deslocamento não tenha sido feito por transporte aéreo.

Parágrafo único. Havendo valores a restituir, decorrentes da não realização do deslocamento a serviço ou por pagamento de diárias e auxílios em excesso, tais valores deverão ser restituídos concomitantemente com a respectiva prestação de contas.

Art. 16 As prestações de contas dos deslocamentos a serviço deverão ser apresentadas em até dez dias úteis após a conclusão da viagem.

Parágrafo único. A pessoa em débito com qualquer prestação de contas de viagem não poderá ser designada para novas missões, adotando-se ainda as seguintes providências:

- I em se tratando de conselheiro titular do CAU/ES, será convocado, enquanto persistir a omissão, o respectivo suplente;
- II os valores antecipados para o custeio da viagem serão considerados como débito, promovendo-se a cobrança administrativa ou judicial;
- III sendo o devedor empregado ou prestador de serviços, os valores em débitos serão descontados dos salários ou dos créditos a que tenha direito.
- Art. 17. A prestação de contas referente a Jetons ou Auxilio de Representação deverá ser feita pela apresentação dos seguintes documentos, que deverão constar nos autos do respectivo pagamento:
- I o ato administrativo que tenha motivado o comparecimento do conselheiro à reunião deliberativa ou o convite para sua participação em evento externo como representante do conselho.
- II cópia do livro de registro de presença assinado pelo respectivo conselheiro no caso de participação em reunião deliberativa e declaração de comparecimento e/ou relatório de evento externo no caso de auxilio de representação.





CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 18. No âmbito do CAU/ES, são fixados os seguintes valores a que se refere esta Portaria:

I – diária nacional: R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais) para conselheiro e R\$ 650,00 para funcionários e convidados:

 II – diária estadual (Interior e Grande Vitória) com pernoite: R\$ 350,00 para conselheiro e R\$ 240,00 para funcionários e convidados;

 III – diária estadual sem pernoite: R\$ 175,00 para conselheiro e R\$ 120,00 para funcionários e convidados;

IV - Jeton: R\$ 312,00 reais;

IV - Auxílio de Representação: R\$ 134,00 reais;

V - Reembolso por deslocamento em veículo próprio ou alugado: R\$ 1,04 (um real e quatro centavos) por quilômetro rodado;

Art. 19 A participação da Presidente nas atividades de interesse do CAU/ES, prescinde de convocação por força das competências definidas no artigo 140 do Regimento Interno do CAU/ES.

Art. 20 As atividades descritas nesta Portaria devem ocorrer em caráter eventual ou transitório, de modo que os valores e as quantidades de verbas recebidas não configurem pagamento de remuneração e devem pautar-se pelo crivo da razoabilidade, do interesse público e da economicidade dos atos de gestão, bem como pelos demais princípios que regem a Administração Pública.

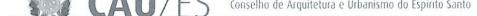
Art. 21 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor do CAU/ES.

Art. 22 Ficam revogados os demais normativos internos do CAU/ES que contenham disposições em contrário.

Art. 23. Esta Portaria entrará em vigor em 01 de junho de 2021.

Vitória/ES, 26 de maio de 2021.

ELIOMAR VENANCIO DE SOUZA FILHO
Presidente do CAU/ES



ANEXO I - REQUERIMENTO DE PASSAGENS E DIÁRIAS

Dados do Participante					
Nome:					
Unidade administrativa: Conselho de A	Arquitetura e Urbanismo do Espirito Santo				
Justificativa da participação:					
Comissão/Setor:					
Deliberação da Comissão:	Deliberação do Conse	lho Diretor:			
Cargo:					
RG:		CPF:			
Banco:	Agência:	Conta corrente nº.:			
Dados do evento					
Convocatória nº:					
Data e horário início do Evento:		Cidade do Evento:			
Data e horário término do Evento:					
Data de partida:	Data de retorno:	Cidade de origem:			
Assinale apenas o r	meio de transporte – os demais valores	serão preenchidos pela Gerência Adm/Financeira			
() Outros (veículo próprio, ônibus, el	tc) Km inicial:	Km final:			
() Veículo CAU/ES	Km inicial:	Km final:			
() Aéreo Despac	cho de bagagem: () SIM () NÃO	Aeroporto de origem:			
Faixa de horário preferencial para via	gem:	Aeroporto de destino:			
O aeroporto de retorno será o mesmo	o de origem? () SIM () NÃO, em caso de	não informar aeroporto:			
VALOR DIÁRIA:	QT. DIÁRIAS:	TOTAL DIÁRIAS:			
TOTAL GERAL:					
OBS:					
	PREENCHIMENTO OF				
Está previsto no Plano de Ação?	o de Ação ou não souber o centro de custo, consultar Gerência Adm/Financeira do CAU/ES. Nome do projeto/atividade:				
() Sim () Não Dotação orçamentária disponível para	a aquisição de passagens: R\$				
Dotação orçamentária disponível para	MANAGEROOMIN AND HE DESCRIPTION OF THE PROPERTY OF THE PROPERT				
exemplo a razoabilidade, a moralidade. Declaro que as informações presta	de, o interesse público e da economicio	es desenvolvidas são pertinentes às atividades do CAU/ES.			
/ / 20		Assinatura do Participante			

Assinatura do coordenador da comissão ou da chefia imediata



ANEXO II - REQUERIMENTO DE JETONS E VERBA DE REPRESENTAÇÃO

ados do Conseine	SILO	Westerlies and Australian School State Commission Commi		Martin State (2004) 24 Deck Hyant Shill State (2004)	CONTRACTOR OF THE PROPERTY OF THE PARTY OF T	SSEMEROSIONIS PROPERTIES PROPERTI		
Nome:								
Mês:							***************************************	
Unidade administra	ativa: Conselho	de Arquitetura	e Urbanismo do E	spirito Santo				
Cargo:								
Comissão:								
RG:					CPF:			
Banco:			Ag	gência:	Conta corre	nte nº.:		
Observação:								
ados da participa	ção							
Convocatória	Tipo evento	Data do evento	Hora inicio	Hora término	Local do evento	Local de origem	Jeton ou auxilio representação	
					And the second s			
		The state of the s						
				50.160		à Carênaia Admi	nietrotive	
tenção: A requisi té o último dia úti	ção dos jetons I do mês vigen	e auxilios de ite.	representação d	evem ser teitos	e encaminhados	a Gerencia Admi	mstrativa	
As	sinale apenas	o meio de tra	nsporte – os dem	nais valores ser	ão preenchidos po	ela Gerência Adm	/Financeira	
() Outros (veículo	próprio, ônibus	s, etc)	(m inicial:		Km final:			
() Veículo CAU/ES Km inicial:				Km final:				
QTD DE JETONS:			VALOR	NOTAL JETON	IS: R\$			
QTD DE AUXILIO	S DE REPRESI	ENTAÇÃO:	VALOR	TOTAL DOS A	UXILIOS DE EPRE	SENTAÇÃO: R\$		
VALOR TOTAL: R	2\$							
OBS:								
AND THE PROPERTY OF THE PARTY O	THE PROPERTY OF THE PROPERTY O	Haring one parties and an account of the second						
			PREENCH não souber o cen	IIMENTO OBRIG tro de custo, co	GATÓRIO onsultar Gerência	Adm/Financeira	do CAU/ES.	
Está previsto no l () Sim () Não	Plano de Ação	? Projet	o/Atividade:					
Dotação orçamen	tária disponív	el para conce	ssão de jetons: R	\$				
Dotação orçamen	tária disponíve	el para pagam	ento de auxílio d	e representação	o: R\$			
Declaro que as i Declaro ainda qu	nformações pr ue estou ciente	estadas são v das minhas d	rerdadeiras, e que obrigações para c	e as atividades com a prestação	desenvolvidas são o de contas junto	o pertinentes às a ao Conselho.	atividades do CAU/ES	
	/ 20				-			
. 1 == 3					Ass	sinatura do Partic	ipante	



ANEXO III -REQUERIMENTO DE REEMBOLSO POR DESLOCAMENTO EM VEÍCULO PRÓPRIO OU ALUGADO

Dados do Conselh	eiro								
Nome:									
Mês:									
Unidade administra	ativa: Conselho	de Arquitetura e	Urbanismo do E	spirito Santo					
Justificativa do des	locamento:								
Cargo:									
Comissão:				Delib	eração da comissã	io:			
RG:						CPF:			
Banco: Agência:					Conta co	Conta corrente nº.:			
Observação:									
L Dados da participa	ıção		AMMA CONTRACTOR STATE OF THE ST						
Convocatória	Tipo evento	Data do evento	Hora inicio	Hora término	Local do evento	Local de origem	Km inicial e Km final		
-				<u> </u>					
Atenção: Anexar ju				***************************************					
		o meio de trans	porte – os dem	ais valores se	rão preenchidos	pela Gerência Ad	lm/Financeira		
() Outros (veículo próprio) Km inicial:					Km final:	Km final:			
() Outros (veículo alugado) Km inicial:					Km final:	Km final:			
QTD DE KM RODA	ADOS:		V	ALOR POR KI	WI RODADO: R\$				
VALOR TOTAL A	SER RESSAR	CIDO: R\$				00 per 100 11 00 00 00 11 11 11 11 11 11 11 11			
OBS:									
Se não estiver pre	visto no Plan	o de Acão ou não		IMENTO OBRI		a Adm/Financeirs	do CALVES		
Está previsto no F () Sim () Não		3	Atividade:	uo de custo, c	Onsultar Gerenci	a Aumin mancent	1 40 OAU/LO.		
Dotação orçamen	tária disponív	el para ressarcir	nento por desid	ocamento em	veículo próprio o	u alugado: R\$			
						2	-4-14-4 1-041/20		
Declaro que as ir Declaro ainda qu							s atividades do CAU/ES.		
1 1/ /	/ 20					sinatura do Parti	cinante		
					As	omatura do Falti	orparito		